

Resgate de vivências e trajetórias: uma resenha do livro Quilombos: Memórias e histórias de comunidades quilombolas

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barboza. *Quilombos: memórias e histórias de comunidades quilombolas*. 1. ed. Brasília: Mil folhas, 2021. 268 p.

Calebe Silva de Carvalho¹
ORCID: 0009-0007-4311-4365

Reconhecimento, essa é a palavra que define o livro *Quilombos: memórias e histórias de comunidades quilombolas*, escrito por Carlos Alexandre Plínio², antropólogo e professor da Universidade de Brasília. Esse é um livro que nos faz mergulhar em histórias e narrativas sobre comunidades quilombolas, por meio de uma pesquisa etnográfica e etno-histórica. Existe uma grande resistência, como é descrito em cada capítulo, para que as memórias se mantenham vivas e direitos que a muito custo foram conquistados não sejam revogados. Diante disso, esta resenha tem como objetivo destacar e apresentar algumas das narrativas, histórias, memórias e questões do direito à terra em relação a quilombos que estão presentes no livro.

O livro está dividido em oito capítulos, e seu principal objetivo é apresentar a pesquisa feita pelo autor que buscou apreender e descrever o modo como as comunidades quilombolas estabeleceram suas territorialidades, reproduções materiais, simbólicas, memórias e histórias. O livro é iniciado trazendo uma descrição no capítulo 1 (“Direitos quilombolas: trinta anos de um ato constitucional”) sobre o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Territoriais, inserido na Constituição Federal de 1988, o qual assegura os direitos das comunidades quilombolas de possuírem a propriedade definitiva de suas terras. Nas últimas décadas, uma série de atos políticos, como projetos de leis, tentam impedir e enfraquecer sua total implementação.

Como vimos, desde a sua criação, o artigo 68 passou por sucessivas formas de revogação, o que atinge diretamente comunidades quilombolas. O capítulo 2, denominado “A fábrica de escravizados: a escravidão negra no sul de Mato Grosso (1718 – 1888)”, descreve a realização de estudos fundiários em áreas reivindicadas por quilombolas em Mato Grosso, onde houve manifestações e conflitos estimulados por instituições governamentais e não governamentais contrárias aos direitos



¹ Graduando do Bacharelado em Ciência Política da Universidade de Brasília, integrante do grupo IPê (Informação Pública e Eleições) do IPOL/UnB. Redator da Rede de Produtores de Conteúdo da Politize. Interesses de pesquisa: Comportamento eleitoral e Político; Antropologia Urbana. E-mail: calebescb@gmail.com.

² Professor Adjunto do Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB). No PPGAS/DAN/UnB, concluiu o Doutorado (2010) e o Mestrado em Antropologia Social (2006). Ainda no DAN/UnB, realizou o Bacharelado em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia (1995). Possui também graduação em Geografia (1990) e em Estudos Sociais (1989), além de especialização em Geografia do Brasil (1990).

territoriais quilombolas. O não reconhecimento das terras pertencentes às comunidades faz com que suas histórias não se mantenham vivas e não possam permanecer ali.

A partir do capítulo 3 – “Eva Maria de Jesus: comunidade quilombola tia Eva” –, encontramos as histórias das comunidades e tradições culturais quilombolas, sendo interessante como o autor narra e representa as memórias com detalhes contextualizando e trazendo de forma completa o surgimento e como as comunidades atualmente estão organizadas. Nesse capítulo, o autor descreve a história da comunidade quilombola Tia Eva, que, através da história oral, mantém vivas as narrativas e memórias de seu povo, sendo repassadas de uma geração para outra, como é descrito no capítulo. O autor traz, nesse capítulo, a história de Eva Maria de Jesus (1848 – 1926), a qual nos permite entender a formação dessa comunidade quilombola. A ex-escravizada tia³ Eva nasceu na fazenda Ariranha, propriedade de José Manuel Vilela, e desde cedo ajudava nos afazeres domésticos, desempenhando várias funções.

A história de tia Eva é marcada por sua trajetória como benzedeira, e foi através dessa função, intimamente ligada à sua vocação religiosa, que tia Eva ascendeu socialmente e ganhou notoriedade por seus trabalhos, gerando uma clientela que a procurava em busca de remédios para tratamentos. No decorrer do capítulo, vemos como sua devoção e fé estão presentes na formação da comunidade, permitindo que observemos como se desenvolveu o processo de migração e o nascimento de uma irmandade. Tia Eva, juntamente com outros ex-escravizados, mudou-se para Campo Grande com o objetivo de continuar um “projeto camponês⁴” na terra “prometida⁵”, onde ela e seus companheiros almejavam viver livres, fortalecendo as teias sociais que foram desenvolvidas nas relações familiares de compadrio, e de laços afetivos que conectavam as fazendas escravagistas em Mato Grosso. O autor apresenta tia Eva e sua trajetória de uma forma bastante reflexiva sobre uma irmandade⁶ e a organização social da comunidade quilombola Tia Eva.

No capítulo 4 (Comunidade quilombola Dezydério Fellippe de Oliveira: Os Negros da Picadinha), é apresentada a história da comunidade quilombola Dezydério Fellippe de Oliveira:

³ “Tia” é uma categoria honorífica social. Eva Maria de Jesus era chamada assim por conta de seu empenho como benzedeira.

⁴ O projeto camponês é a vivência plena do modo de vida que comunidades quilombolas desejam viver. Nele, a terra possui um outro valor e significado, assim como o trabalho e demais relações que se opõem totalmente ao regime escravista

⁵ O autor faz analogia a uma história bíblica da terra prometida, em que o povo hebreu conquista, após muitos anos, a terra que Deus prometeu, mas até chegarem lá são provados. O mesmo acontece com tia Eva e demais viajantes até Campo Grande.

⁶ Essa “Irmandade”, com a letra inicial maiúscula, se diferencia das “irmandades”, com inicial minúscula, que são mulheres negras religiosas, pelo fato das primeiras não estarem submetidas ao controle e às normas eclesiais da organização política e religiosa da Igreja Católica.

os negros da picadinha, localizada no Mato Grosso do Sul. O objetivo desse capítulo é descrever, por meio da memória coletiva de idosos da comunidade quilombola, a trajetória de um ex-escravizado. Os laços de compadrio são apresentados como uma forma de estabelecer e

aprofundar os laços de solidariedade com outras famílias de negros camponeses. O autor apresenta a trajetória de Dezidério com detalhes, dando ênfase às suas memórias familiares, assim como fez o autor ao descrever a história de tia Eva no capítulo anterior.

A principal questão que podemos destacar nesse capítulo é o processo do não reconhecimento das terras que eram da família de Dezidério. Como apontado no capítulo 1 existe um imenso processo de articulação para a retirada de direitos e um projeto de desmonte das terras pertencentes também a outras comunidades, processo que, segundo o autor, revela uma exclusão: “[...] identifico a desterritorialização como um processo de exclusão territorial

social. Nesse sentido, percebo as categorias “território” e “social” como intrínsecas, sendo uma complementar a outra” (Plínio dos Santos, 2021, p.129). A perda da posse de terras fez com que houvesse um grande impacto sobre a memória da família de Dezidério, o que nos faz refletir sobre como é necessário que o Estado brasileiro repense esses processos de reconhecimento e suas consequências quando ocorre uma exclusão.

No capítulo 5, intitulado “Negros do Buriti”: Memórias de uma comunidade negr rural sul-mato-grossense”, o autor traz as memórias da comunidade rural Negros do Buriti, e inicia abordando a história oral e suas oposições à memória nacional. A etnografia é usada como base para pesquisas sobre comunidades negras rurais, com o objetivo de apresentar as trajetórias de vida da família de ex-escravizados Nortório e Silva e, como consequência, a história da origem e formação da comunidade negra rural da Chácara do Buriti, localizada na zona rural do município de Campo Grande/MS. A presença de narrativas familiares é algo bastante forte nesse capítulo, e a interação das comunidades negras no Mato Grosso do Sul é importante na formação da rede de relações, como aponta o autor.

No capítulo 6, que recebe o título “Festejo e comensalidade: a festa de São Pedro dos “Negros do Largo da Baía”, o autor nos apresenta outra comunidade: a dos Negros do Largo da Baía. Aqui há uma abordagem cultural através da organização de uma festa tradicional em homenagem a São Pedro, marcada para acontecer anualmente na primeira semana de julho. Os preparativos do festejo começam no início de cada ano, e o autor os narra com detalhes: “[...] as novenas se iniciam sete dias antes de começar a festejo, são realizadas no período noturno na capela de São Pedro, com a participação de vários promesseiros e moradores da região do Largo da Baía, principalmente mulheres.” (Plínio dos Santos, 2021, p.174). É muito



interessante ver uma tradição cultural viva e como todos os envolvidos fazem o possível para que a tradição se mantenha viva!

No capítulo 7 – “Negros do Tapuí”: Estudo etnográfico de uma comunidade quilombola do semiárido piauiense” –, é narrada a história da comunidade Negros do Tapuí no Piauí. Esse é o mais extenso de todos capítulos que foram escritos e organizados, já que a abordagem é inteiramente etnográfica também usando a historiografia. Nos capítulos anteriores, vimos a construção de histórias e narrativas usando a oralidade, de modo que o autor inicia o texto abordando a escravidão no Piauí e faz críticas em relação ao modo como a história oficial é apresentada. Ao decorrer do capítulo, é descrita a origem da comunidade, sua organização social e demais questões sobre ela, tornando possível que essa narrativa seja definida como intimista.

No capítulo 8 e final, denominado “Conjuntura de uma necropolítica: a epidemia da covid-19 nas comunidades quilombolas”, o autor conclui a obra ao citar os impactos da pandemia do covid-19 nas comunidades quilombolas. Esse capítulo demonstra como as medidas tomadas pelo Estado para conter o vírus e as suas consequências não foram tão eficazes devido à ausência de um planejamento estratégico adequado, atingindo várias comunidades, que ficaram desassistidas durante a pandemia do novo coronavírus: “Como enunciado no título do capítulo e na introdução, a necropolítica do Estado brasileiro, política que vem dos períodos Brasil Colônia e Império e que continuou na República, foi a marca das revelações do Estado com a população negra” (Plínio dos Santos, 2021, p. 262).

O movimento quilombola e o CONAQ⁷ organizaram-se para que medidas fossem tomadas e os impactos pudessem ser menores nas comunidades, tornando crucial a discussão das relações entre saúde pública no Brasil e o movimento quilombola. Este livro é uma obra prima em que o autor resgata histórias e narrativas de uma forma minuciosa. Histórias como a de tia Eva e as demais que estão presentes na obra nos fazem refletir sobre como é necessário pensar as comunidades quilombolas, de modo que a resistência pode ser vista em todos os capítulos escritos para que se mantenham vivas as manifestações religiosas e culturais. Mais do que isso, vê-se, também, a importância de se garantir o direito à existência e o reconhecimento das terras que pertencem a essas comunidades que lutam para se manter de pé. Com isso, reforçamos que o Estado brasileiro precisa urgentemente repensar sua relação com as comunidades quilombolas, principalmente aprender a valorizar e reconhecer a ancestralidade religiosa, material e imaterial presente nas comunidades quilombolas.



⁷ CONAQ: Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos.

Referências

FREITAS, Augusto Teixeira de. *Consolidação das leis civis*. Brasília: Senado Federal, 2003.

GROFF, Paulo Vargas. Direitos fundamentais nas constituições brasileiras. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 45, n. 178, p.105-129, abr./jun. 2008.

LEAL, Hermes. *Quilombo: uma aventura no vão das almas*. São Paulo: Mercuryo, 1995.

Recebido em 21/07/2024
Aprovado em 14/12/2024
Publicado em 31/12/2024